

Formação profissional e políticas públicas em seminários do CET

2002 - 2003 - 2007

Nos anos de 2002 e 2003, sentiu-se necessidade de dar mais tempo ao debate sobre a relação do CET com as políticas públicas, de modo a contextualizá-la melhor à luz das mudanças conjunturais da época.

No ano de **2002**, a pauta do seminário destacou as seguintes questões:

Escolas de Trabalhadores, poder público e políticas públicas:

- **Programa e perspectivas do governo Lula para a educação profissional**
- **Como estão se dando as relações de cada escolas com os poderes públicos**

Para o debate e o aprofundamento do assunto, o CET contou com a colaboração de Gaudêncio Frigotto, professor da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Um breve apanhado das colocações e discussões:

- Na década de 90, o Ministro da Educação e o partido que atualmente estão no poder (Ministro Paulo Renato, governo de FHC) promoveram uma reforma do ensino que desmontou o ensino técnico. Transformou a formação profissional básica em um convênio com as empresas e toda a rede foi induzida a fazer cursos de 200 horas. O nível médio foi desmontado e acabou empurrando todo mundo para um nível novo que se criou, o de tecnólogo, que é um limbo: não é nem técnico nem engenheiro. As escolas técnicas foram desarmadas do que faziam.
- Do ponto de vista de novas políticas públicas, um governo Lula tem que lutar pela escola básica – fundamental e média. Sabemos que é possível garantir o ensino básico e médio, e até o universitário, para todo mundo
- Temos que caminhar para uma escola básica que seja um tipo de escola unitária, conforme o sistema das escolas técnicas. No ensino regular, as opções todas seriam tecnológicas, não distinguindo o propedêutico e o tecnológico.
- O sistema S é uma concessão feita aos empresários: a contribuição é recolhida compulsoriamente, e administrada privadamente pelos empresários. Dentro de um novo governo, o sistema S tem que ter outro destino que não ser administrado por um pequeno lado da sociedade somente.
- Pensar a educação profissional como política pública nacional, levando em conta as experiências acumuladas inclusive pelas escolas do CET.

No ano de **2003**, o tema foi abordado em três grandes blocos:

1. A formação profissional como política pública:

- ***direito ou compensação?***
- ***como vemos a relação entre educação e trabalho no processo de construção e transformação da sociedade?***

- Eu vejo a formação profissional como direito. Mas, para ser direito, teria que ser uma formação de qualidade.
- Deveria ser um direito. Só que, do jeito como algumas experiências acontecem no Brasil, é compensação. Alguém quer fazer algum trabalho com os pobres? Então faz formação profissional. Não tem nem local adequado, nem financiamento certo, mas está fazendo formação profissional.
- É direito. É questão de 'ser' e de 'estar'. 'É' direito mas 'está' compensação, por causa dessa política econômica que aí está.
Antes, a nossa formação profissional preparava para o trabalho e para a organização dos trabalhadores. Hoje, a organização dos trabalhadores nem aparece mais; ficou esmaecida.
- Independente de se existe ou não trabalho, se há ou não postos de trabalho, se a questão é formar para o trabalho por conta própria ou por conta de terceiros, a globalização tem fragilizado muito o emprego. A ponto de a gente ter de se perguntar: para que formar? Para um trabalho ou para uma ocupação?
Agora, quanto às políticas públicas de formação profissional, é claro que é um direito. A formação profissional é um direito e deve servir, não ao dono do capital, mas ao trabalhador e à sociedade.
- Mesmo se é direito de todos, não há centros suficientes. O poder público se exime. Quem devia fazer, não faz. Então, na verdade, estamos compensando o que eles não fazem.
- Ainda mais com esses cursinhos rápidos, com pouquíssimo tempo e que não formam ninguém: isso também acaba caindo na compensação. "Ah, coitado, está desempregado; então vamos dar alguma formação." Depois, ele que se vire.
Em Belo Horizonte, 76,8% das empresas têm alguma vaga em aberto. Por que tantos desempregados não encontram colocação?
- Oferta de vagas existe. E também tem pessoas formadas procurando. E por que não arranjam emprego? Por que as vagas não são preenchidas.
- Esta é a história da empregabilidade: "emprego existe, o que não existe são pessoas formadas". Mas isso é só conversa.
- As empresas não ficam sem preencher as vagas.
- Há sobrecarga de trabalho em todas as áreas. Reduz o salário, aumenta a carga e os trabalhadores se sujeitam. Não são ocupadas as vagas porque o que há é sobrecarga em cima dos que ficaram. Esses estão trabalhando muito mais; as antigas vagas são ocupadas pelos que ficaram em seus empregos.
- Até mesmo com sub-qualificação. Em geral, não se aceita gente com formação acima do que seria preciso.
- Os cursos do FAT, em nossa região, Belo Horizonte, são uma loucura: são cursos de 40 ou 60 horas.
- Mas, para o FAT, o que existe de políticas públicas de Formação Profissional? Segundo a Firjan, entre os 100 % que procuram o CIE (Centro Integrado de Educação), só 10% atendem aos requisitos e entram. 90% ficam fora. Quem entra é quem fez um curso de qualidade superior. Isto é, você é quem é o responsável por sua 'empregabilidade'.
Nossa educação – a educação em nosso país – está muito aquém do necessário: tanto a técnica como a geral. O pessoal não sabe nem contar.

- Primeiro, é um direito de qualquer cidadão: o ensino, a educação e a preparação para uma profissão, para o trabalho. Isto é a questão fundamental. Mas a realidade é que uma parcela imensa da população está excluída de tudo.

Junta-se a isso a modernização das empresas: tecnologias que reduzem o número dos trabalhadores com novas máquinas e com uma produtividade muito grande. Isso joga milhares no desemprego. Aparecem algumas vagas, mas nas quais aparecem coisas modernas que nem nós sabemos e nas quais os excluídos não se encaixam.

Essa é a conjuntura do Brasil: nós temos dificuldades. Para entrar nas indústrias metalúrgicas hoje, tem que conhecer CNC e outras coisas mais. Aquele perfil do Lula, que fez o Senai e foi metalúrgico para o resto da vida, isso já acabou. Hoje, a necessidade é de formação e qualificação para atender um mercado muito mais exigente. E com gana de exclusão.

Precisamos de políticas públicas muito pesadas. Temos que fazer muito mais do que outros países, porque fizemos menos no passado. Qualquer processo de mudança é um processo de conhecimento que passa pela educação. Do contrário – nem pensar em violência –, é sem alternativa.

As políticas públicas têm que estar presentes: estado, governo e iniciativa privada. Na esquerda, sempre havia aquela tradição de que a questão econômica seria resolvida só depois de tomar o estado: pela estatização da economia e a socialização dos meios de produção. Assim, nós nunca questionamos a economia. Era um assunto que já estava resolvido. Hoje, acho que a economia solidária ganha sim importância com o surgimento das diversas empresas autogestionárias.

Antes, a cultura era de formação para o emprego. Agora, ela se volta para o empreendedorismo coletivo, com comprometimento social. Não é só uma questão de técnica e de profissão, mas de organização associativa. É preciso de conteúdo político e ideológico, da relação entre a sociedade e o empreendimento, dentro dessa visão. E isso é tarefa nossa.

- É consenso que é um direito. Mas a escola, antes, formava para trabalhar na fábrica. E hoje, forma para quê?
Ainda na 2ª feira, ouvimos o Barelli fazendo o discurso da empregabilidade, dizendo que tipo de formação se devia ter. Falava isso mesmo que a gente está cansado de ouvir: das habilidades básicas, específicas e de gestão. E dizia que estamos entre os 5% de privilegiados que tivemos acesso à formação. E que agora – atenção – o que vai vir do FAT vai para a universidade particular. Então, é muita angústia, o que se oferece como política pública.

Assim, nós é que temos que fazer esse trabalho de formação. Porque, política pública não dá formação; só deixa todo mundo angustiado, mas não resulta em nada. Inclusive, os empregos hoje têm uma exigência tremenda. E o nosso público é minimamente alfabetizado.

Então, é preciso trabalhar menos nisso de preparação para o mercado, e trabalhar mais na formação do indivíduo para a transformação da sociedade. Mesmo a economia solidária ainda tem um nível muito baixo. É preciso garantir a formação profissional e a elevação da escolaridade, senão tudo continua como está.

Na prefeitura de Santo André, são 6 turmas de eletricidade com 20 de informática. Os alunos saem de um curso e passam para o outro e para o outro e para o outro. Quando tinha alguém que estava trabalhando nem era na área em que havia feito curso. Da mesma forma, uma pesquisa em São Bernardo mostra que a formação profissional não garante a inserção no mercado de trabalho.

Portanto, assim não dá. Por isso é que é preciso formar para transformar a sociedade. São inúmeros os desafios.

- Antes, o que estava em disputa era o direito de viver bem: comer, morar, educar, escola, trabalho, etc. Hoje, ficou apenas o direito de viver, de estar de pé.

A Folha de São Paulo dizia que a indústria cresceu 6% em outubro (2003), mas sem contratar ninguém. Então, se isso é verdade, a formação para o mercado não responde. Vale a pena refletir: formar para o mercado de trabalho significa que ele só vai fazendo troca; demite 2, pega 1 e ainda aumenta a produção.

Tempos atrás, havia aquele olhar sobre a solidariedade de classe: eu não vou disputar espaço com o companheiro. Hoje, temos que repensar direitinho essa questão do mercado de trabalho. Porque são várias as armadilhas como a troca de um trabalhador mais antigo por um outro, mais qualificado e com salário menor, mas fazendo muito mais. Tem muita gente sem trabalhar e pouca gente trabalhando muito e ganhando pouco.

Isso traz conseqüências para o mundo dos jovens. As empresas usam a lei do aprendiz. Para muitos empresários, esse é um grande negócio: contam com investimento público para botar o adolescente no mercado, no lugar do pai, do tio ou do vizinho...

Quando se fala em política de compensação vejo isso com muita dificuldade. Compensar o quê? Os trabalhadores já sofreram uma perda muito grande e o que é que vai compensar isso? A escola e a formação profissional?

As estatísticas dizem que são 70 milhões de pessoas acima de 15 anos que não têm ensino fundamental. E há uma enorme defasagem na formação profissional. Então, o que precisa é de uma política de reparação disso. Um programa dirigido para os trabalhadores, para se trabalhar não importa onde. Porque esse é um direito.

Então, essas políticas “compensatórias”, se estiverem em função disso, é válido. Se for só isso, é compensatório para justificar o de que o sistema não dá conta.

Uma coisa muito cruel é essa história do ‘per capita’ – que visa o custo barato do ensino. Tinha que ser é o contrário: para os que não tiveram escolaridade o investimento tinha que ser maior.

Quanto ao trabalho, tem que considerar que há diferentes experiências de empresas autogestionárias, como aquelas da Anteag. Tem que investir mais nisso, mas para dar sustento e não só o pão. Para isso, falta tecnologia, falta pesquisa, falta envolver as universidades. Senão, do jeito que está, essas empresas têm dia de começar e dia de morrer.

Enfim, o Conselho tem de pensar em investimentos públicos nas iniciativas dos trabalhadores, nos Centros Públicos e nas experiências de trabalho voltadas para a formação profissional e a geração de renda.

- Há outra maneira também de olhar o direito. Do lado das escolas: que direito as nossas escolas têm de fazer formação profissional? Existem esses meios de formação profissional que estão aí. Mas o que a gente quer é muito mais do que isso: é formação profissional para fazer a mudança da sociedade. E nós queremos apoio das políticas públicas para isso, para fazer essas mudanças.

Temos direito a recursos públicos – e privados também – para fazer essa educação para mudar a situação. E esse não é um direito que nos foi dado ou concedido. Mas somos nós que temos que forçar a barra para fazer isso: um programa de educação de trabalhadores para trabalhadores, mesmo que não esteja definido pelo poder público.

A idéia seria que o Centro Público atendesse a isso. Mas, na prática, isso não se dá; mesmo se está no papel. Claro que não é fácil, porque as coisas já vêm definidas. Então, trata-se de ver como enfrentar isso. Tem que negociar cada caso.

- A questão é pertinente: que direito nós temos de tocar a política? É uma discussão viva na nossa relação com o poder público – a execução da política. Aprendi que a classe dominante não pode educar os trabalhadores. Porque ela não ensina a verdadeira solidariedade, o socialismo, que o pão tem que ser para todos. Essa é a educação dos trabalhadores. Por isso a educação dos trabalhadores não pode ser dirigida pelas classes dominantes.

Temos que exigir que as experiências sejam dirigidas pelos trabalhadores. Temos que disputar a sociedade como tal, fazer a disputa do projeto de sociedade: da pedagogia, da metodologia e dos projetos. O que nos tem sobrado são pacotes. O que o governo, mesmo o democrático, nos reserva são pacotes que já vêm prontos. E nós, lutando contra a maré para alterá-los. Negociamos, negociamos, mas, no final, nosso projeto não é o mesmo.

Temos que ganhar força para construir uma política pública de nosso jeito. Isso pede que as experiências dos trabalhadores tenham força; para forçar o governo a assumir essas experiências. Quando será que o governo vai assumir essas experiências? Para isso, temos que nos unir com os movimentos e com os sindicatos e forçar que o governo assuma a execução de nossas propostas: como política pública, dentro do espaço público, dentro da escola pública, como responsabilidade do governo.

- Poder público é um poder; a política, é um jogo. Já o nosso trabalho está voltado para a construção da sociedade que a gente quer. Então, não é jogar para o poder público assumir: porque, se for para o poder público executar esse nosso trabalho, aí não vai dar em nada. É a sociedade civil que tem que fazer. Que o dinheiro venha para a sociedade civil para ela mesma fazer. Temos que ter condições de desenvolver projetos financiados pelo poder público, mas a execução é nossa. Não podemos transferir a execução para o poder público.
- Mas aí o movimento é de que o governo é só a fonte pagadora. Tem que perceber como o negócio é maior.
- Mas o nosso trabalho não é compensatório, no sentido de que estamos fazendo só porque o governo não está fazendo.
- Essas são questões que merecem aprofundamento. Formar para quê? Formar para o mercado de trabalho? Qual a relação entre a formação profissional e o mercado de trabalho? E com relação às políticas públicas?

A partir das relações que estabelecemos, temos que lutar pela transformação social. O problema está entre o real e o ideal. O real é o que estamos vivendo. Já sobre o ideal, podemos divergir ou concordar sobre como chegar a ele. Mas temos que partir é da estrutura determinada hoje, que é o real.

Temos um processo longo. E não é só através do estado e nem só da sociedade civil. Eu compartilho do projeto, do plano maior, sem me iludir de que o estado vai fazer tudo.

Hoje, temos o quê? Temos que ter políticas públicas para os jovens na faixa etária da educação; políticas públicas fortes e claras para os jovens que estão aí, visando uma formação cidadã, democrática, aberta, e não uma educação burguesa.

Outra coisa é que temos uma parcela enorme, mais de 70 milhões, que não têm nem o ensino fundamental, nem a oitava série e muito pouca qualificação. Mas estão aí, têm direitos! É uma questão gigantesca. Tem que ter uma intervenção forte do estado: junto com a sociedade civil, inclusive nós, porque o que precisa ser feito é gigantesco.

E temos que influir no mercado de trabalho que está aí, formando cidadãos com consciência do que é democracia, do que é o sindicato. Não é só formação técnica, mas é também para o

mercado, para atuar com consciência nessas empresas que estão aí, nos sindicatos, na sociedade.

Para isso, tem que ter políticas públicas na área da educação e da formação. E não só com dinheiro público. Ora, por que não trabalhar com os S (Senai, Senac, etc.)? Há uma comissão que estuda modificações na gestão do sistema S, com propostas de participação tripartite e paritária. Claro que os empresários já reagiram. Porque na ótica deles isso é um financiamento privado. Mas na nossa ótica não é.

Portanto, nós devemos participar e influir nesse negócio dos S; na orientação político-pedagógica daquele que é o grande formador no país. Claro que isso é um ideal, mas temos que estar atentos à conjuntura que apresenta condições que temos que compreender.

- Essa coisa de política pública não significa necessariamente um programa dentro do espaço público, estatal. É preciso lutar pela gestão pública sempre onde há recurso dos trabalhadores – se é que existe algum recurso que não tenha vindo do trabalho – então, é preciso lutar pela gestão disso.
- É preciso distinguir: o que é, quem é que faz, como se constrói essa política pública? Quem faz a gestão? Quem e como se executa?

2. Nossas propostas de formação profissional, as políticas do capital e o trabalho dos cidadãos trabalhadores

- ***Quais os limites da formação profissional para o jovem de hoje, sem perspectivas no mercado de trabalho?***
- ***Que alternativas de trabalho se apresentam aos jovens de hoje?***
- ***Quais as condições de uma formação profissional que corresponda às possibilidades e necessidades do trabalho em nossas cidades nos dias de hoje?***
- Hoje se fala muito que não tem trabalho. Mas acho que, depois de tanto tempo de sucateamento de tudo que é público, nunca, como hoje, teve tanto trabalho que está por ser feito: os bairros populares, o meio ambiente, os serviços públicos, as estradas, as ruas e praças, as habitações populares, o saneamento, os cuidados com as crianças, com os velhos. Para não falar da educação. Hoje, para a formação de sujeitos sociais, cidadãos trabalhadores e participantes, precisaria de diminuir o número de alunos em sala de aula e aumentar as salas de aula e o número dos professores: precisaria de aumentar muito o número de professores, abrindo uma enorme frente de trabalho. Precisaria melhorar muito a relação entre o número de professores e educadores e o número de estudantes. Mas, para reduzir custos, o que se faz é o contrário: aumentam o número de alunos em cada sala de aula.
- E o que é preparar para o mercado? Para qual mercado? Será que vale a pena se preparar para o mercado como ele está hoje, se daqui a 10 anos já é tudo diferente? Preparar para o mercado não será preparar para coisas muito pontuais? – como vem fazendo a escola técnica federal, que forma para aquele lugar, naquela empresa. Ora, para se preparar de fato para o mercado, o que se tem que aprender não é muito mais? E não só ficar restrito ao mercado de trabalho atual, principalmente naquele que é o emprego formal. A questão é a do trabalho e não a do mercado de trabalho; não é o emprego formal, mas algo mais amplo que isso. Temos que pensar mais sobre isso.

- Nós pretendemos uma educação libertadora, que tenha a ver com um sujeito criativo e dinâmico, com formação cidadã, que reconheça seus compromissos com a sociedade, com o homem, com o solidário, etc., porque esse é um sujeito criativo.
Ora, as empresas hoje buscam exatamente esses camaradas. Uma empresa próxima à escola pediu pessoas não só com boas notas e boa formação técnica, mas também que fossem criativas. Isto é, em contradição com a política deles mesmos.
Acho que, para nós, a base para a criatividade é a cultura e uma formação mais ampla. Não só o saber fazer, mas é isso junto com o conhecimento, com o se apropriar de tudo o que a humanidade acumulou. A formação dos jovens, hoje, deve levar a isso.
Hoje, a sociedade pode levar a uma educação mais fechada do indivíduo em si mesmo, ou não. A exemplo da Internet: você pode ficar no seu quarto, fechado, ou, ao contrário, se abrir para o mundo.

Então, do ponto de vista profissional, tem um monte de coisas para fazer e lutar. Atenção: não lutar contra, mas a serviço de todos. Inclusive quanto à jornada de trabalho: lutar por um tempo de jornada menor, para aumentar os postos de trabalho: para que a estrutura social possa ser modificada. A formação dos jovens tem que ter isso, eles têm que se preocupar com isso. É algo que passa pela formação, a ação e a transformação da sociedade.

- Hoje, qual é o pai de família que tem prazer de colocar seus filhos para trabalhar com 12 ou 14 anos? Eu não. Tenho tentado segurar ao máximo. Antes, tem que resolver a questão da escolaridade.

Mas hoje, grande parte da sociedade, para se contrapor ao caos de violência, etc. quer logo botar o jovem para trabalhar. Mas o que vemos? O adolescente, geralmente pobre, de hoje, é prejudicado justamente porque não pode estudar.

Por isso, temos que fazer o movimento de retardar a entrada do adolescente no mercado de trabalho. O filho da burguesia não vai trabalhar cedo; só depois de resolver a escolaridade, com 24 ou 25 anos. Mas o filho do pobre vai é cedo.

Em alguns programas de governo, tem que tirar essa pressa de ir trabalhar. A juventude é tempo de dar asas ao mundo da imaginação, do lazer, da cultura, de soltar pipa... Para sustentar isso, é claro, temos que ter políticas apropriadas.

- Mas por que tem que retardar a entrada dos adolescentes no emprego, se eles estão precisando disso?
- É verdade que tem muitas famílias em que a única fonte de sustentação é aquele adolescente. Mas não é que nós temos que defender isso como se fosse a salvação da humanidade. Quem tem que estar trabalhando é o pai ou a mãe. Uma boa idade para se começar a trabalhar seria lá pelos 20 anos. Mas existe muita pressão. De fato, muitas vezes acontece uma emergência e, na hora do naufrágio, você não escolhe a tábua na qual você vai se segurar. Mas não é isso que tem que ser defendido como solução.
- Em nossa região, pessoas que acabaram de sair da escola e que, no máximo seriam estagiários, são colocadas para produzir. Em Betim, está sendo implantado o Programa do Primeiro Emprego. Realmente, é o primeiro emprego; mas num curto período. Depois vai para fora e é mais um que está desempregado.
- Minha angústia está entre o real e o ideal. Real é o adolescente ter que trabalhar. A família cobra. Nós temos que cuidar de não reproduzir o sistema da própria sociedade, mas contribuir com a construção do poder de aprender a ser e a conviver e prepará-los para a vida. E não são

240 reais* que vão resolver o problema da família, mas uma profunda sócio-educação que ele leve para onde for. Isso é que fará a diferença a onde ele estiver: diferença na postura, na consciência sobre os direitos e deveres, nas reivindicações que faz.

Será que estamos preparando os jovens com consciência sobre os direitos e deveres?

Ao mesmo tempo, temos que garantir políticas públicas para as famílias. Daí que temos que batalhar também por outras políticas públicas e não tornar nossos trabalhadores alienados.

- Eu estudava à noite e trabalhava de dia. Fiz Senai pela Eletropaulo. Em 99, na prefeitura de Santo André, foi que me descobri um sujeito social. Questionava muita coisa no Senai e na empresa, mas sem ter resposta. Eu não levava em conta que os jovens têm que se preparar não só para desenvolver a profissão, mas também para se desenvolver como sujeito; estar preparado como sujeito e não só para o mercado de trabalho, como aconteceu comigo, que fui formado para ser eletricitista.

Aos 16 anos, os jovens estão preparados em quê? Em “habilidades básicas, específicas e de gestão”... Mas como vão se formar como sujeitos? Eu só fui me descobrir muito tempo depois e foi um choque. Aí percebi que quero continuar dos dois lados: o da necessidade de trabalhar e o da formação do sujeito.

- A questão não é só se entrou ou não entrou no mercado de trabalho: é o *como* se entra no mercado de trabalho e *para que* se entra.
- Eu não me imaginava, com 16 anos, ficar em casa sem trabalhar, sem estar ganhando alguma coisa. Eu sou a filha mais nova da família. Em nosso modo de vida, queremos autonomia via o trabalho mesmo. Temos vontade de construir alguma coisa com o nosso próprio dinheiro. Se me der prazer, por que não? Então, como o jovem enfrenta isso?
- O difícil é estabelecer os limites. Vamos tomar a experiência dos jovens na Bolívia, apresentada por uma adolescente que participou de um encontro de economia solidária em Porto Alegre, ainda nos anos 90. Chamava-se Patrícia e representava o movimento dos jovens trabalhadores que brigavam pelo direito dos adolescentes e jovens trabalhar. Ela levantava o absurdo que faz o capital: mata os pais de trabalhar e não deixa que os jovens ajudem as famílias. As crianças têm que ver os pais doentes em casa e não podem trabalhar, têm que ir para a escola...

Isto é, o capital tornou o trabalho tão inumano que, por isso mesmo, as crianças não podem nem chegar perto. Mas, um índio não aprende a pescar ou a caçar atirando uma flecha de sua própria fabricação? Isto é, aprende a trabalhar brincando?

O que falta é inteligência social capaz de recuperar os trabalhos, humanizando-os e criando condições para que eles possam ser compensados de outra forma. Acha-se que dinheiro é só este que está aí, mas há muitas outras formas de se produzir moedas, ou modalidades de débitos, créditos e resultados.

3. Nossas propostas de formação profissional e o poder público. Devemos:

- ***Representar um projeto político que disputa o financiamento público?***
- ***Executar propostas do poder público?***
- ***Participar nos espaços de deliberação das propostas educativas?***

* salário mínimo no ano de 2003

- Em relação a essas três alternativas colocadas, não tem que se optar por alguma em particular já que elas não são excludentes.

Aquela última, de participar dos espaços de deliberação das propostas educativas, parece óbvio. É nossa obrigação participar e em todas as instâncias: municipal, estadual e federal.

Sobre a execução de propostas do poder público, temos experiências muito positivas em Porto Alegre. O mais recente é um projeto da prefeitura para desenvolver cursos nas comunidades na entrada da cidade: uma enorme favela. São cursos curtos para os quais já temos programas. Esta atividade estará dentro do projeto de construção de 3.600 casas, com arruamento, saneamento e tudo mais. Um dos projetos é esse de qualificação profissional; um número de cursos imenso. São milhares de famílias que estão precisando. Isso faz parte do programa. Por que não vamos participar? Vamos. É uma intervenção pública que vai melhorar a qualidade de vida das pessoas: realizar a construção das casas e oferecer uma base de formação profissional; desde culinária, a estética, vestuário até a construção civil.

Os recursos vêm junto com a proposta de construção das casas.

- Em Recife, teve uma experiência parecida, só que foi ao contrário: de formação na própria construção. Aí é que se ia formar o pessoal: na construção, junto com a profissionalização.
- Num dos projetos de formação profissional que está relacionado com o desenvolvimento da geração de trabalho e renda vai se construir um centro de incubação e de formação. É só um exemplo. Há exemplos e exemplos. Temos que entrar aí e influir.

Quanto à segunda questão, se devemos executar as propostas do poder público, é claro que dentro de condições. Se não forem propostas emancipadoras, é outra história. Mas, em geral, não devemos nos pôr em separado como se só nós fôssemos os bons. Mas devemos nos colocar integrados, junto com os outros.

- No CPA, nós vamos pegar um programa, um curso, que a gente sempre criticou. Vamos fazer e vamos criticar depois: o Começar de Novo. A metodologia foi nossa, conseguimos fazer algumas alterações: que as pessoas escolhessem o seu curso. Mas ainda foi pouco, não se conseguiu muito.
- Voltando ao que foi colocado, se for proposta do poder público não devemos fazer. Porque proposta do poder público é aquela que você não pode alterar. É pacote. Aí, é só executar. Se você altera, aí já não é mais proposta do poder público.

Agora, quando o poder público tem condições de desenvolver propostas que tenham a nossa cara, isso é, se for o poder público que elabora e que tenha a nossa cara, também não temos que fazer. É ele quem deve executar. Isso é sinal de que já disputamos e conseguimos. (O que não existe ainda, mas vai acontecer.)

Em São Paulo, o que está acontecendo é a gente fazer proposta para desenvolver no espaço público. Em São Paulo, a prefeitura pede projeto do CEEP, o poder público pede projeto do CEEP.

- Bom, não entendo como você. Começando pelo “pacote fechado”: nunca vi um pacote fechado que não se consiga ao menos arranhar. Na realidade, não tem jeito de fiscalizar o que é que se faz em sala de aula.
Agora, se não vai valer mesmo a pena, se a espinha dorsal do projeto é nociva e você acaba reforçando essa proposta que não é a sua e que o teu nome vai junto, quando é assim, você acaba é contribuindo com o lado oposto ao seu.
- Mas o nosso problema é com o poder público ou com os cursinhos relâmpago? Às vezes, a gente se vê em situações que não sabe nem como fazer, como no caso da Comunidade Solidária: impunham que os cursos tivessem a duração de no máximo seis meses, e a gente acabava se amoldando aos seis meses! Mas, no geral estamos recusando, não aceitamos.

- Depende. Se for dentro da proposta de reposição de direitos, aí não adianta, não dá mesmo. Mas se for naquela de aperfeiçoamento, aí não tem problema nenhum.
- Temos que ver que 'poder público' são pessoas que podem encaminhar propostas com a nossa cara: por exemplo, a proposta do Centro Público implantado pela prefeitura de Recife. Na hora da execução, é claro que vai haver problema. Por isso a gente aceitou participar: para discutir e fazer aproximar, o mais possível, as práticas da proposta. Para levar a proposta do papel para a realidade.

Até que ponto insistir? Isso depende da correlação de forças. Muitas vezes você tenta uma vez, tenta duas ou mais e não consegue. Então, tem que desistir. Os alunos também interferem se as atividades estão insatisfatórias, no sentido de melhorar.

Por isso é que, conforme a correlação de forças, se pode chegar até ao ponto limite, além do qual você tem que desistir.

- É diferente, participar da definição da proposta ou só executar. No Centro Público da prefeitura de Recife, nós ajudamos a definir inclusive a quantidade dos cursos, a metodologia... Mesmo que até o Senai estivesse presente e tenha participado, o Centro Público foi baseado no que a gente acredita.

No seminário de **2007**, as discussões sobre o CET e as políticas públicas enfocaram bastante a relação das escolas com os projetos e programas públicos para a juventude: Pro-Jovem, Consórcio da Juventude, Primeiro Emprego, etc. Sendo que a maioria das escolas do CET tem participado de um ou de outro desses programas e projetos, é apreciável o discernimento e o aprendizado desenvolvidos nesta experiência.

O seguinte depoimento resume uma das grandes preocupações de todos os participantes:

- Temos que garantir, nos espaços dos programas e projetos para a juventude, a não precarização e não substituição destes projetos ao sistema escolar. Mas, ao contrário, que se venha a reforçar o sistema público escolar e que este não apenas atenda às demandas quantitativas que lhe são feitas, mas que sejam garantidas também escolas de qualidade.
- A partir da acumulação do CET, temos que levar a nossa discussão sobre o mundo do trabalho e sobre a educação: a metodologia. E que os jovens, com quem estamos em contato, participem juntos dessa discussão. É positivo participar, independente de o governo ser deste ou daquele partido.

Nesta linha, foi unânime a decisão de todas as escolas no sentido de participarem na Primeira Conferência Nacional de Juventude, a realizar-se no mês de maio de 2008.